

José

Marques

Peregrinos e peregrinações medievais do
ocidente peninsular nos caminhos da
Terra Santa

Peregrinos e peregrinações medievais do ocidente peninsular nos caminhos da Terra Santa

Por José Marques

1. Introdução

A realização em Cagliari, Sardenha, entre 16 e 19 do passado mês de Outubro, de um congresso subordinado ao tema "Os Anos Santos na História", quando o Jubileu Compostelano de 1999 se encaminha para o seu termo e a Cristandade se prepara para celebrar o grande jubileu comemorativo dos 2 000 anos do Nascimento de Cristo, que terá como centros de peregrinação Roma e Jerusalém, estimulou-nos a uma investigação histórica sobre as relações das gentes do ocidente peninsular com estes lugares sagrados, sem esquecermos o tradicional fluxo de peregrinações a Santiago de Compostela.

A iniciativa é pertinente, pois trata-se da região mais ocidental da Europa, em cuja parte Norte, precisamente no extremo Noroeste peninsular, os romanos colocavam o «finis terrae». Durante oito séculos continuou como região periférica, em relação aos dois grandes pólos de atracção das peregrinações da Cristandade Europeia: Roma e Jerusalém. A partir do século IX, quando a Península Ibérica ainda estava maioritariamente sujeita à dominação árabe, após a «descoberta» do túmulo, considerado do Apóstolo S. Tiago, rapidamente aí surgiu um novo centro de peregrinação, geograficamente orientada em sentido inverso aos de Roma e de Jerusalém, peregrinação, aliás, favorecida pela dificuldade de livre acesso aos Lugares Santos da Palestina.

Pareceu-nos, por isso, de algum interesse apresentar no referido congresso os principais testemunhos da presença de peregrinos oriundos das regiões do extremo ocidente peninsular, coincidente com o actual território português, nos três grandes centros medievais de peregrinação: Jerusalém, Roma e Santiago de Compostela.

Não é muito o que sabemos da presença de peregrinos do ocidente peninsular nos Lugares Santos da Palestina ou junto dos túmulos dos Apóstolos Pedro e Paulo, mas os poucos relatos que chegaram até nós traduzem a profunda motivação religiosa que os levou a empreenderem tão difíceis e morosas viagens de peregrinação, o interesse apaixonado - quase diríamos a sofreguidão - com que procuravam informar-se sobre estes santos lugares, nas suas relações com a vida, paixão, morte e ressurreição de Jesus Cristo, ou com a presença e o martírio de S. Pedro e S. Paulo, em Roma, a vivência espiritual que aí sentiram e veicularam directamente, por escrito ou de viva voz a ouvintes privilegiados, alguns dos quais registaram mais tarde a memória desses testemunhos vivenciais.

Antes de prosseguirmos, convém observar que estas ligações entre o extremo ocidental da Europa e as terras da Palestina, feitas pelos peregrinos, se processaram em contextos históricos diferentes e cronologicamente muito distanciados, porque se verificaram antes e depois da invasão e ocupação da Península pelos árabes, que aí permaneceram quase oito séculos.

Abordar os problemas das peregrinações do ocidente peninsular nesta dimensão tridimensional exige a definição prévia de uma metodologia adequada, que permita captar as

manifestações concretas da atracção religiosa e social exercida por cada um destes centros de peregrinação sobre as populações radicadas nos confins atlânticos da Europa.

Optámos, por isso, por estudar individualmente as relações do ocidente e, sobretudo, do Noroeste peninsular, com cada um dos referidos centros de peregrinação, seguindo a ordem que naturalmente se impõe: Jerusalém, Roma e Santiago de Compostela, aí radican-do também a divisão do mencionado estudo nos seguintes pontos:

- Nos caminhos da Terra Santa.
- Os caminhos do perdão.
- Santiago de Compostela, meta da Europa.

04

A fim de nos podermos concentrar nos temas específicos, subjacentes a cada um destes três pontos, desejamos recordar liminarmente os conceitos de *romaria* e *peregrinação*, *romeiro* e *peregrino*, que o próprio Afonso X, de Leão e Castela, deixou bem claros na *Primeyra Partida*), peça fundamental da sua obra legislativa. Segundo a referida *Partida*, a *romaria* e *& peregrinação* tinham como objectivo essencial «*sewir a Deus e honrrar os santos*», deixando tudo - família e bens - quem partia com esse espírito rumo a um ou mais santuários. Em atenção a este santo propósito, o rei *Sábio*, que tanto fez avançar a Reconquista cristã para o sul da Península, proclamou a necessidade de garantir protecção e defesa aos romeiros e peregrinos²:

- Na lei primeira do título XXVII da *Primeyra Partida*, integralmente dedicado a tratar de *romeiros* e *peregrinos*, esclarece que *romeiros*, em sentido estrito, são aqueles que vão a Roma visitar «os santos logares», onde estão os *corpos* de S. Pedro e de S. Paulo e de outros santos aí martirizados, e que o termo *peregrino* tanto podia aplicar-se aos que iam visitar o Santo Sepulcro de Jerusalém e os outros lugares santificados pela presença de Jesus, durante a sua vida terrestre, como aos que iam em romaria ou peregrinação a Santiago de Compostela ou a outros santuários de peregrinação³.

Apesar de a citada obra de Afonso X admitir a sinonimia dos termos *romeiro* e *peregrino* para quem se dirigisse, em peregrinação, a Jerusalém ou a Compostela, em Portugal, nos últimos séculos da Idade Média, os peregrinos que regressavam da Palestina passaram a ser designados *palmeiros*, vocábulo alusivo à pequena *palma* ou pequeno ramo de palmeira que, à semelhança da *vieira*, que os peregrinos jacobeus ostentavam, no seu regresso de Compostela, tinha a função de os identificar como peregrinos dos Lugares Santos de Jerusalém e de outros pontos da Palestina.

¹ ALPHONSE X - *Primeyra Partida*. Édition et Étude. José Azevedo Ferreira, Instituto Nacional de Investigação Científica, Braga, 1980, pp. 576-580.

² ALPHONSE X - 0. c, p. 576: - «Onde pois que os nomes corvbõa enteçõ andam e en tam santa cousa pelo mudo, deryto he que aquelles que en esto andasse que elles e sas coussas seiã bern guardadas de guysa que ne huu nõ sse atrevia] de yr contra ellas ffazendolhys mal».

³ ALPHONSE X - 0. c, pp. 576-577.

Embora a publicação integral da referida comunicação, apresentada em Cagliari, esteja assegurada nas *actas* do Congresso, atendendo a que as edições italianas, praticamente, não têm difusão em Portugal, decidimos seleccionar para esta homenagem ao Prof. Doutor João Francisco Marques a primeira parte desse estudo, conveniente e adequadamente revista, proporcionando, assim, aos leitores uma visão de conjunto deste tema, que ainda não vimos tratado nesta perspectiva.

Feitas estas observações introdutórias, disponhamo-nos a acompanhar os peregrinos e as peregrinações, em que sempre iam inseridos.

2. Nos caminhos da Terra Santa

105

Conforme anunciámos um pouco mais acima, em relação às peregrinações do ocidente peninsular à Palestina, é necessário reconhecer a existência de dois ciclos completamente diferentes: um anterior à invasão árabe da Península Ibérica, iniciada em 711, e outro, praticamente coincidente com o início das Cruzadas do Oriente (1096) e coevo dos primórdios da formação do Condado Portucalense (1095), que viria a transformar-se em reino independente, com o nome de Portugal, que, em momentos decisivos, beneficiou do apoio militar dos expedicionários da segunda e terceira cruzadas do Oriente, respectivamente, nas conquistas de Lisboa (1147) e de Silves (1189).

Esta simples referência basta para compreendermos as inúmeras dificuldades que rodeavam qualquer viagem ao Oriente, avolumando-se a insegurança com os frequentes ataques vindos do sector muçulmano.

2. 1. Antes da invasão árabe

A primeira notícia da presença de peregrinos do ocidente peninsular nos Lugares Santos da Palestina é a de Etéria, que, em 16 de Dezembro de 383, nos aparece no Monte Sinai⁴. Esta notícia, bastante anterior ao conhecimento do primeiro bispo da diocese de Braga, Paterno (397-400), é expressão segura da implantação e vitalidade do cristianismo nestas regiões do ocidente peninsular, marcado também pelo desejo de conhecer os lugares onde decorrerá a vida de Jesus e outros intimamente ligados à história do Povo Eleito.

O facto de o seu *itinerário* estar truncado na parte inicial, priva-nos de informações relativas à biografia desta peregrina, a começar pela da sua naturalidade, aspecto que se impõe abordar, até para sabermos se é ou não lícito incluí-la no elenco dos nossos peregrinos que foram visitar os lugares santos da Palestina. Quanto a este aspecto, apesar de haver quem a tenha considerado oriunda da Aquitânia⁵, as opiniões convergem no sentido de que era *de*

⁴ Egéria - *Peregrinações aos Lugares Santos do Médio Oriente (do ano 381 ao ano 384)*. Edição, introdução e versão anotada pelo Lie.² José Cardoso, Braga, Edições APPCDM Distrital de Braga, 1999., p. 101. Na fase de revisão deste estudo, deparámos com a obra *Egéria. Viagem do Ocidente a Terra Santa no século IV*. Edição de Alexandra B. Mariano e Aires A. Nascimento, Lisboa, Ed. Colibri, 1998, que já não foi possível aproveitar em toda a sua amplitude. Apesar disso, não quisemos deixar de lhe fazer a devida menção. Nesta edição, o *Itinerário* inicia-se a pp. 78 e 79, respectivamente, no texto latino e na versão portuguesa.

⁵ PÉTRÉ, Hélène - *Éthérie - Journal de voyage*, Paris, 1948, p. 26. Citada por José Cardoso: cf. as referências da nota 6 deste estudo.

Braga ou, ao menos, do *Conventus Bmcaraugustanus*⁶. Desconhece-se o itinerário seguido e o mesmo se pode dizer das vicissitudes do caminho; mas as descrições que Etéria nos deixou do Monte Sinai, que escalou, das manifestações de vida religiosa então aí existente, a evocação de localidades que foram cenários de conhecidas passagens bíblicas, a indicação das etapas da caminhada para Jerusalém, o registo dos itinerários das deslocações feitas, a partir de Jerusalém, à Arábia, a fim de subir ao Monte Nebo, à Síria, à Fenícia, ao Egipto, à Mesopotâmia, até Edessa, onde se encontrava o túmulo de S. Tomé, e tantas outras informações fornecidas neste «diário», relativo a um período tão remoto, conferem-lhe um valor inestimável, no quadro das relações entre o mundo cristão do Ocidente e do Oriente. Às descrições das localidades visitadas, temos de acrescentar também a frequência da menção das pessoas que a acompanhavam e o registo do modo como se processavam as visitas, incluindo as leituras bíblicas, evocativas dos factos ocorridos em cada um desses lugares.

O que acabamos de expor faz deste «diário» egeriano um documento precioso para o conhecimento da vida cristã nestas paragens do Oriente e das peregrinações que também lá, internamente, se faziam aos Lugares Santos ou simplesmente marcados por acontecimentos bíblicos. A título de exemplo comprovativo desta realidade, bastará recordar que, por ocasião da visita ao túmulo de Job, diz ela «*via muitos santos monges que dali vinham a Jerusalém para visitar os lugares santos. Com o propósito de ali rezarem*»⁷.

Se este vasto conjunto de descrições e referências a lugares santos e de interesse bíblico e às manifestações de cristianismo organizado, patente em numerosas comunidades monásticas e centros eremíticos, só por si, lhe conferem um interesse extraordinário como testemunho e fonte histórica, o seu valor ficará extraordinariamente aumentado com as descrições contidas na segunda parte da obra, essencialmente incidentes sobre a liturgia praticada em Jerusalém, nos domingos, nos dias feriais, nas festas e em os diversos momentos litúrgicos especiais, como a Semana Santa, semana e oitava da Páscoa, Pentecostes, catequese e liturgia baptismal, dedicação de igrejas, etcA

Alguns anos depois, partiu para o Oriente o presbítero Avito, preocupado em aperfeiçoar a sua formação teológica e cultural, a fim de poder combater as ideias priscilianistas, que, rapidamente, se difundiam em toda a Galécia e na própria cidade de Braga. Tendo passado por Constantinopla, entre os anos de 393 e 409, manteve correspondência com S. Jeronimo, que a seu pedido, lhe enviou a tradução do *Periarchon (De Principiis)* de Orígenes, fazendo acompanhar a citada tradução da advertência de que nessa obra havia muitos aspectos que deviam ser rejeitados: - *Accipe igitur quod petisti, sed ita ut scias detestanda tibi in eis esse quam plurima*» (*Ep. 124*). A partida do presbítero Avito para o Oriente não apresenta qualquer intenção ou carácter de peregrinação aos Lugares Santos, mas, quando passou a residir em Jerusalém, não podia ficar indiferente ao que se passava nestes santos lugares, demandados por inúmeros peregrinos, oriundos das mais diversas e remotas procedências. Em 415, encontrou-se aí com o seu conterrâneo, Paulo Orósio, a quem serviu de intérprete do grego,

⁶ CARDOSO, José - *Egéria...*, pp. 18 e 19.

⁷ CARDOSO, José - *Egéria...*, p. 141.

⁸ Os relatos sobre os aspectos litúrgicos encontram-se na obra de CARDOSO, José - *Egéria...*, pp. 177-248.

no sínodo aí reunido, em 29 de Julho desse mesmo ano, para deliberar sobre as doutrinas do Pelagianismo⁹.

Paulo Orósio, tal como Avito, não foi directamente de Braga para Jerusalém. O seu primeiro destino foi Hipona, no Norte de África, a fim de consultar o bispo Agostinho sobre os grandes problemas doutrinários que o preocupavam, mormente o Priscilianismo, e sobre a situação política da Hispânia, invadida pelos bárbaros, nos meses de Setembro/Outubro de 409, tendo já decorrido quatro anos de latrocínios, destruições e constante ambiente de instabilidade¹⁰. De Hipona, onde terá passado cerca de dois anos Junto de Santo Agostinho, foi enviado pelo Santo prelado ao encontro de S. Jerónimo, para o qual lhe deu uma carta de recomendação, que é um rasgado elogio do jovem presbítero bracarense: - «*Ecce venit ad me religiosas juvenis, catholica pace frater, aetate fdius, honore compresbyter noster Orosius, vigil ingenio, promptus eloquio, flagrans studio, atile vas in domo Domini esse desiderans...*» (Ep. 166).

Na Palestina, Orósio de Braga, esteve a maior parte do tempo, «*retirado em Belém, pobre e ignorado peregrino*», donde foi convocado pelo bispo João, de Jerusalém, para o sínodo ou assembleia do clero, reunido na cidade santa de Jerusalém, a fim de se discutir e decidir sobre as doutrinas pelagianas, que tanta perplexidade causavam no seio da Cristandade. Orósio, que que conhecia bem as posições tomadas sobre tais doutrinas por Agostinho de Hipona¹¹, foi interpelado sobre o «*que acontecera em África a respeito da heresia que Pelágio e Celéstio semearam*», solicitando-lhe que «*fielmente e com clareza o referisse*»¹². De seguida, tendo Pelágio sido admitido ao sínodo, a fim de se justificar, uma vez confrontado com a refutação das suas doutrinas pelo bispo de Hipona, expostas por Orósio, perguntou displicentemente: - «*quem é esse Agostinho, se algo tem a ver comigo*»? Face a tão orgulhosa e provocatória atitude, Orósio respondeu: - «*Agostinho sou eu*», rebatendo, perante o sínodo, com toda a segurança e a autoridade da doutrina do «Doutor da Graça», as posições heréticas de Pelágio¹³.

Em jeito de nota marginal, registre-se que este sínodo de Jerusalém foi convocado na sequência de uma acusação formalmente apresentada pelos *bispos-peregrinos* da Gália, Eros e Lázaro, ilustrada com as perturbadoras proposições pelagianas¹⁴.

Convivendo, no mosteiro de Belém¹⁵, com o grande mestre da Sagrada Escritura, S. Jerónimo, e tendo perante os olhos o elevado número de peregrinos ocidentais, seria impensável que Orósio não visitasse, religiosamente, os Lugares Santos, que atraíam, inclusive, inúmeros fiéis dos confins do Ocidente.

⁹ COSTA. Pe. Avelino de Jesus da Costa - *O bispo D. Pedro e a organização da Arquidiocese de Braga*, 2ª edição refundida e ampliada, vol I, Braga, Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, 1997, pp. 11-12.

¹⁰ ORÓSIO DE BRAGA, [Paulo] - *O Livro Apologético contra Pelágio "Da Uerdade do alvedrio"*. Tradução, Comentários e Notas de José Carlos de Miranda, Braga, Faculdade de Filosofia de Braga, 1999, p. 18.

¹¹ A definição do tempo de permanência de Paulo Orósio junto de Santo Agostinho não é consensual. A nossa afirmação apoia-se nas considerações de José Carlos Miranda, na introdução a *O Livro Apologético...*, pp. 15-16.

¹² ORÓSIO de Braga - *O Livro Apologético ...*, p. 59.

¹³ ORÓSIO de Braga - *O Livro Apologético ...*, pp. 25, 59-65.

¹⁴ Cf. José Carlos de Miranda, no estudo introdutório a *O Livro Apologético...*, p. 28.

¹⁵ ORÓSIO de Braga - *O Livro Apologético ...*, p. 26.

Paulo Orósio refere-se também a mais dois presbíteros bracarenses chamados Avitos. Um foi a Jerusalém, donde regressou antes de 409, e o outro dirigiu-se a Roma. As suas preocupações iniciais eram prepararem-se para combaterem o Priscilianismo, mas, após o regresso a Braga, acabaram por se transformar em entusiásticos arautos do Origenismo. O que, porém, aqui importa sublinhar é que não obstante a existência de outras motivações subjacentes a estas deslocações a Jerusalém e a Roma, os Lugares Santos e o túmulo dos Apóstolos, respectivamente, não lhes podiam passar despercebidos.

Quando em 416, Paulo Orósio iniciou a viagem de regresso a Braga, Avito confiou-lhe as relíquias do protomártir Santo Estêvão, com a tradução latina do relato da descoberta, ocorrida poucas semanas antes do sínodo de Jerusalém¹⁶, e uma carta dirigida ao bispo Balcónio, a todo o clero e fiéis da Igreja de Braga, declarando que várias vezes havia tentado regressar, sem o ter conseguido, por causa da presença dos inimigos priscilianistas em toda a Hispânia. Paulo Orósio teve de deixar a relíquia de Santo Estêvão, em Mahon, na Minorca, a fim de não lhe ser confiscada e profanada pelos bárbaros, que ocuparam a Península Ibérica, circunstância política que o obrigou a regressar à África para junto de Santo Agostinho.

É certo que ao sair de Braga o objectivo de Paulo Orósio não era propriamente a peregrinação, mas uma vez em Jerusalém não deixou de visitar, se não todos, os principais Lugares Santos, e isso basta para o nosso estudo¹⁷.

Na galeria dos ocidentais que visitaram os Lugares Santos da Palestina temos de incluir também o célebre Idácio, bispo de Chaves, que, muito novo foi com os seus familiares em peregrinação à Terra Santa, como ele próprio o declara, no prefácio da sua *Crónica*: — «Era eu ainda menino e lembro-me de ter visto S. Jerónimo — numa determinada maré da minha peregrinação pelos lugares acima referidos»¹⁸.

Os contactos religiosos e culturais, entre o Noroeste peninsular e o Oriente, embora recentemente tenham surgido opiniões divergentes¹⁹, documentam-se também, através da ligação de S. Maitinho de Dume e Braga, que antes de chegar à capital da Galécia teria peregrinado pelo Oriente - provavelmente a Palestina -, donde trouxe o modelo do monacato que implantou em Dume, daí irradiando para todo o Noroeste²⁰. Quanto a Pascásio, as opiniões divergem muito, não faltando quem afirme que aprendeu grego em Dume, enquanto outros sugerem que adquiriu essa preparação no Oriente²¹, mas ninguém contesta que foi em Dume -

¹⁶ ORÓSIO de Braga - *O Livro Apologético ...*, pp. 29-30.

¹⁷ COSTA. Pe. Avelino de Jesus da - *O. c.*, pp. 11-12.

¹⁸ IDÁCIO - *Crónica*. Versão e anotações de José Cardoso, Braga, Universidade do Minho, 1982, p. 3.

¹⁹ MARTINHO DE BRAGA - *Instrução pastoral sobre superstições populares. "De Correctione Rusticorum"*. Edição, tradução, introdução e notas de Aires A. Nascimento com a colaboração de Maria João V. Branco, Lisboa, Edições Cosmos, 1997, pp. 30-31, que, em relação à origem do seu autor, parece afastar-se da posição tradicional, preferindo a Gália à Panónia.

²⁰ FREIRE, José Geraldes - *A versão latina por Pascásio de Dume dos "Apophtegmata Patrum"*, tomos I e II, Coimbra, 1971, 38.

²¹ FREIRE; José Geraldes - *O. c.*, pp. 12-17, sobretudo, p. 15.

nos subúrbios da cidade de Braga -, que este monge se afirmou como notável tradutor do grego para latim, entre outras obras dos *Apophthegmata Patrum*²².

Apesar da importância atribuída aos contactos com o Oriente nos planos cultural e teológico, cremos que o grande pólo de atracção residia nos lugares santificados pela presença e acção de Cristo, durante a sua vida terrena.

Não são muitas as notícias de peregrinos do ocidente peninsular na Palestina antes invasão árabe de 711, mas bastam como testemunho da vitalidade cristã nos confins ocidentais da Europa, nos séculos IV-VI.

2.2 No período da Reconquista

Com a expansão árabe para Oriente, incluindo a Palestina com os respectivos Lugares Santos, e a invasão da Península Ibérica, deixámos de ter notícias do afluxo de peregrinos ocidentais a Jerusalém e outros lugares da Terra Santa. Em contrapartida, conhecemos as intensas campanhas persecutórias desenvolvidas na Península pelos árabes, em especial, durante o ciclo dos mártires de Córdova²³

2.2.1. Contexto político-militar: Reconquista e Cruzadas

Na Península a situação começou a alterar-se com os progressos da Reconquista, sobretudo a partir de meados do século XI, tendo Fernando Magno avançado e consolidado a ocupação dos territórios até ao Mondego, com a conquista de Coimbra, em 9 de Julho de 1064.

Em relação ao Oriente, basta recordar que a gravidade da situação vivida pelos cristãos e o estado em que se encontravam os Lugares Santos conduziram ao movimento das Cruzadas, desencadeado por Urbano II, a partir do Concílio de Clermont-Ferrand (1095), partindo a primeira cruzada, verdadeiramente organizada, sob o comando de Godofredo de Bulhão, em 1096. No século XII, o jovem reino de Portugal beneficiou do apoio dos expedicionários da segunda cruzada do Oriente, na conquista de Lisboa, em 1147²⁴, e dos da terceira, nas conquistas de Alvor e de Silves, em 1189²⁵, acções militares a que facilmente aderiram, atendendo ao facto de que o inimigo a combater era o mesmo, na Península e no Próximo Oriente.

2.2.2. Solicitude para com os peregrinos e indícios de peregrinações

Durante o longo período de ocupação árabe da faixa ocidental da Península até ao rio Douro, - que só a partir a presúria de *Portucale*, por Vímara Peres, em 868, passou a constituir, definitivamente, a linha de fronteira -, intensifica-se a atenção prestada aos *peregrinos*, frequentemente contemplados em cláusulas testamentárias e doações, inclusive, de algumas cartas de couto, outorgadas pelos monarcas portugueses a instituições monásticas.

²² FREIRE; José Galdes - O. c, pp. 34 ss.

²³ LAVAJO, Joaquim Chorão - *Cristianismo e Islamismo na Península Ibérica. Raimundo Marti, um precursor do diálogo religioso*, vol. I, Évora, 1988, pp. 89-150.

²⁴ SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *História de Portugal*, vol. I, Lisboa Verbo, 1977, pp. 97-98.

²⁵ SERRÃO, Joaquim Veríssimo - O. c, pp. 107-108.

Apesar de a presença dos muçulmanos na Península e no Oriente e o controlo que tinham do Mediterrâneo, situação ulteriormente agravada pela ocupação dos turcos, dificultarem as peregrinações aos Lugares Santos da Palestina, o conceito de *peregrinação* continuava vivo no espírito dos fiéis, atendendo a que as peregrinações a Roma prosseguiram e, a partir da primeira metade do século IX, o culto de S. Tiago difundiu-se em todo o Noroeste peninsular e para além dos Pirenéus, atraindo cada vez mais peregrinos a Compostela.

Se, em relação às peregrinações à Terra Santa, para a primeira fase da Reconquista - sensivelmente até ao fim do século XI -, escasseiam referências nominais a peregrinos, há, no entanto, notícias de algumas «*reliquias*» que, no caso de serem genuínas, implicavam a deslocação de peregrinos dos confins ocidentais da Europa à Palestina, que, no regresso, as trouxessem. É isso que se pode deduzir do testamento de João Franco e do presbítero João, feito, em 19 de Março de 1099, a favor da Sé de Coimbra, no qual entre muitos outros bens, lhe deixam o «*lignum Sancte Crucis*»²⁶. Nesta linha de pensamento, bem mais importante é a informação de 1180, relativa a uma autêntica obra de arte, adornada e enriquecida por um conjunto de *reliquias*, que poderemos considerar *insignes*, procedentes da Terra Santa, que vamos descrever. Antes, porém, cumpre-nos observar que este documento é muito posterior aos primórdios da recuperação do ritmo das peregrinações a Jerusalém e outros Lugares Santos da Palestina, estimulada na sequência da primeira Cruzada.

Trata-se de uma cruz de ouro, usurpada à Sé de Coimbra e depois recuperada por intermédio do bispo D. Miguel Salomão, ornada com pedras do *Santo Sepulcro*, sendo uma maior e as outras mais pequenas. Além destas pedras, essencialmente preciosas no plano espiritual, atendendo à sua procedência, a referida cruz ostentava outras pedras do Monte Calvário: na do centro, estava a imagem do Cristo crucificado, artisticamente esculpida, tendo, aos pés, um fragmento do Santo Lenho; de um lado, encontrava-se a imagem da Virgem Mãe, de pé, junto à Cruz, e, do outro, a de S. João. Esta preciosa cruz estava apoiada numa pedra do Calvário, que, por sua vez, tinha sobreposta uma pedra do túmulo do Senhor, com uma relíquia do Santo Lenho, embutida, em forma de cruz e perfeitamente visível²⁷.

Podemos dizer que esta artística cruz constituía uma genuína reconstituição do Calvário, não só pelos personagens representados, mas também pelos materiais utilizados, considerados autênticos, sendo desnecessário insistir no simbolismo que lhe está subjacente, em termos doutrinários e mentais, e no seu interesse para o tema que nos ocupa.

²⁶ *Livro Preto. Cartulário da Sé de Coimbra*. Edição crítica. Texto integral. Director e Coordenador Editorial - Manuel Augusto Rodrigues. Director Científico - Cônego Avelino de Jesus da Costa, Coimbra, Arquivo da Universidade, 1999, p. 78 e 81.

²⁷ *Livro Preto. Cartulário da Sé de Coimbra...*, pp. 10-11. Pela sua importância documental, consideramos oportuno transcrever aqui, textualmente, a passagem que, em tradução livre, incluímos no texto: - «*Sunt etiam affixe in metallo auri crucis ejusdem, de sepulcro Domini, pars una maior et alie particule <minores>. De lapide <vero> de Monte Calvarie, due particule: in una quarum, in médio crucis, est imago crucifixi Domini, sculpta diligenter in lapide, et ad pedes ejus, particula ligni preciosi sanctissime crucis Domini inmissa et, ex una parte imago sanctissime Virginis juxta crucem astans, in altera autem parte, Sancti Johannis imago. Ad pedem vero crucis auree, in fundo, est alia pars de lapide íoci Calvarie, auro infixá, in qua, per longum et per transversum, notatur pars preciosi ligni in modum crucis, sepulture Domini desuper in lapide intronmissa, ita quod lignum Domini, aperte exterius, omnibus apparet*».

Para além das ligações que os raros peregrinos iam estabelecendo directamente com os Lugares Santos, e das relações espirituais que as *reliquias*, presumivelmente verdadeiras, continuavam a alimentar, convém recordar que a presença das Ordens Militares do Templo e de S. João do Hospital de Jerusalém, fortemente implantadas em Portugal e detentoras de inúmeras propriedades e direitos, constituíam uma referência permanente aos mencionados Lugares Santos e às dificuldades em que eles se encontravam.

2.2.3. Peregrinos célebres

Durante este período, à semelhança do acontecia antes da invasão árabe, são raros os peregrinos da Terra Santa nominalmente identificados. Tal como acontece em relação a Roma e a Santiago de Compostela, só figuras célebres ficaram nos anais das peregrinações pelos mais variados motivos. O povo crente e simples e os cruzados que recuperaram os Lugares Santos e continuaram a defendê-los permanecem no silêncio da História.

Entre os peregrinos que, dos confins do ocidente europeu, se dirigiram à Palestina, figura o Conde D. Henrique, genro do Imperador Afonso VI, por ter casado com a infanta D. Teresa, sua filha ilegítima, que recebeu como dote de casamento e a título hereditário o Condado Portucalense, que, algumas décadas mais tarde, se transformaria em reino independente, com o nome de Portugal.

As circunstâncias da peregrinação de Conde D. Henrique à Terra Santa integram-se na problemática das tensas relações entre as dioceses de Braga e de Compostela, agravadas pelo facto de o bispo Diogo Gelmires, nos finais de 1102, ter praticado o que a *História Compostelana*, eufemisticamente, classifica de «*pium latrocinium*», levando, pela calada da noite, para Compostela as relíquias dos santos bracarense: S. Frutuoso e dos mártires Silvestre, Susana e Cucufate, neutralizando o efeito aglutinador das peregrinações a Braga, em benefício de Santiago de Compostela.

Este episódio levou o arcebispo de Braga, D. Geraldo, a dirigir-se a Roma, onde se encontrava no dia 1 de Abril de 1103, a fim de apresentar queixa contra Diogo Gelmires, pelo lamentável acto minuciosamente premeditado. Em relação a este assunto, Cari Erdmann escreveu: «*Parece que o conde D. Henrique acompanhou o arcebispo nesta viagem; sabe-se que se encontrava em Maio de 1103 numa cruzada, mas sem dúvida não chegou à terra santa, visto encontrarmos-lo, a partir de Fevereiro de 1104, novamente na Península*»²⁸. O mesmo autor cita os argumentos de Gonzaga de Azevedo para concluir que o Conde D. Henrique não se integrou na cruzada projectada pelo imperador Henrique IV, porque, na realidade, tal cruzada não se realizou²⁹.

Não obstante estas dúvidas, segundo um documento, de Maio de 1103, relativo ao diferendo surgido entre o abade Eusébio, do Mosteiro de Lorvão, e Mido, alcaide de Besteiros, foi decidido, perante D. Teresa, esposa do Conde D. Henrique, e outros intervenientes neste processo, que os povoadores de Santa Comba, no termo de Viseu, conservassem as terras por eles arroteadas, até ao regresso do Conde D. Henrique de Jerusalém, onde então

²⁸ ERDMANN, Cari - *O Papado e Portugal no primeiro século da História Portuguesa*, Coimbra, 1935, p. 16.

²⁹ AZEVEDO, L. Gonzaga de - «Brotéria», *Série Fé*, I (1925), pp. 317-327

se encontrava: - «*ut quantum suos homines rumperant, habuisset, usque ad venitam comitis de Jerusalém, ubi erat; et quando venisset, quod ipse mandasset fecissemus...* - devendo, depois, fazer o que ele mandasse»⁵⁰, ampliando a *Crónica dos Sete Reis*, que trouxe de lá muitas relíquias³¹.

Independentemente de qualquer expedição particular, em que se tivesse integrado, o espírito de peregrinação do Conde D. Henrique era muito anterior e ficou bem patente, quando, em 9 de Novembro de 1097, confirmou a doação da Correlhã a Santiago de Compostela, ao dizer, textualmente: - «*et nos amore huius apostoli venientes causa rationis*»³².

112

Se da peregrinação do Conde D. Henrique à Palestina, praticamente, pouco mais conhecemos do que a confirmação da sua realização, não podemos deixar de a considerar como a primeira conhecida de uma série de outras peregrinações que partiram do *Condado Portucalense* ou, se preferirmos, do Portugal nascente, para Jerusalém e outros Lugares Santos. Com efeito, entre 27 de Julho de 1104 e 20 de Maio de 1108, para lá se dirigiu o bispo de Coimbra, D. Maurício Burdino, que convidou o arcebispo D. Telo a acompanhá-lo nesta longa peregrinação, que durou três anos³³. O bispo de Coimbra, D. Gonçalo, sucessor de D. Maurício Burdino, que tinha sido transferido para o arcebispado de Braga, foi também em peregrinação a Jerusalém, tendo passado por Constantinopla e Roma, donde trouxe relíquias de S. Pedro e S. Paulo³⁴. Anos mais tarde, seria a vez de D. Teotónio - uma das figuras cimeiras das história portuguesa do século XII - iniciar o ciclo das suas duas peregrinações à Terra Santa, a que nos vamos referir.

Mas quem era D. Teotónio?

Nascido, em 1082, na freguesia de Ganfei, Valença do Minho, então da diocese de Tui, quando, em 1092, D. Crescónio, bispo de Tui, foi transferido para a diocese de Coimbra, aí passou a viver na companhia deste prelado seu tio, que se incumbiu da sua formação religiosa e cultural, como seu primeiro mestre, proporcionando-lhe, depois, a frequência da respectiva escola capitular, sob a orientação de D. Telo, arcebispo da mesma Sé. Após a morte de bispo D. Crescónio, em 1098, Teotónio foi enviado para a Sé de Viseu, então confiada à administração da diocese de Coimbra, a fim de prosseguir a preparação para o sacerdócio. Atendendo às qualidades e virtudes reveladas, o clero e o povo de Viseu solicitaram a D. Gonçalo, bispo de Coimbra e administrador daquela diocese, que o nomeasse prior da Sé de viseense, o que, efectivamente, aconteceu, pois, em 21 de Julho de 1110, já estava investido

³⁰ *Livro Preto ...*, p. 128. MARTINS, Mário - *Peregrinações e livros de milagres na nossa Idade Média*, 2ª edição, Lisboa, Edições "Brotéria", 1957, p. 132.

³¹ *Crónica dos sete primeiros reis de Portugal*, ed. por Carlos da Silva Tarouca, tomo 1, Lisboa, 1952, p. 15. Citado por MARTINS, Mário - *O. c.*, p. 132.

³² *Documentos medievais portugueses, I. Documentos régios*. Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1958, p. 9.

³³ CRUZ, António - D. Teotónio, Prior de Santa Cruz. *O primeiro cruzado e primeiro Santo de Portugal*, in *Santa Cruz de Coimbra do século XI ao século XX*, Coimbra, 1984, p. 32.

³⁴ MARTINS, Mário - *O. c.*, pp. 136-137.

nessas funções, que exerceu com grande dedicação e êxito, durante uma dezena de anos. Movido pelo desejo de ir em peregrinação a Jerusalém, transferiu estas funções para o presbítero Odório ou Honório, que, no dia 1 de Fevereiro de 1121, já governava esta igreja. Após o seu regresso, D. Teotonio, apesar de vivamente instado, não quis retomar as funções, pois a mencionada transferência, no seu espírito, equivalia a uma verdadeira renúncia³⁵.

Podemos, assim, situar nos primeiros meses de 1121 o início da sua primeira peregrinação, a que o seu biógrafo, um discípulo anónimo, alude de passagem para explicar a transferência de poderes para o companheiro e substituto, Odório, sem nos deixar quaisquer outras indicações de tão longa e árdua viagem³⁶.

Alguns anos depois, D. Teotonio voltou a partir, mas agora «*com não pequena multidão de peregrinos e tomou novamente o caminho, há tanto desejado, de Jerusalém, pois o devoto varão percorrera já o mesmo itinerário*»³⁷. O biógrafo omitiu a cronologia desta segunda peregrinação, mas atendendo a que, após o regresso, D. Teotonio foi convidado por D. Telo, para a nova comunidade de Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, que estava a organizar, na qual entrou, em 24 de Novembro de 1132, poderemos admitir que esta peregrinação se terá iniciado em 1130.

Acerca desta peregrinação, o biógrafo proporciona-nos um vasto leque de informações, de que apresentamos apenas uma breve síntese. Quanto ao itinerário, ficamos a saber que após dez semanas de viagem, chegou com os peregrinos que o acompanhavam, ao Porto de S. Nicolau, isto é a Bari, na Itália, onde permaneceram seis semanas por falta de vento que lhes permitisse continuar. Reiniciada a viagem, ao passar ao largo do Cabo Mália³⁸, o barco foi assaltado por uma violenta tempestade que a todos pôs em perigo de vida, sendo o terror em que se encontravam agravado pela visão «*de um animal monstruoso e muito temeroso, de tal modo apavorante, que não podiam compará-lo a nenhum outro animal. Tinha uns olhos que, segundo nos contava o Santo, pareciam tochas de luz acesa. Uns diziam que era um dragão, outro um monstro outros um demónio*». A gravidade da situação era de tal ordem, que tinham perdido toda a esperança de salvação.

No meio de tão grande aflição, e vendo a angústia dos seus companheiros - certamente por ele estimulados a fazerem esta peregrinação -, convictos de que tinham chegado ao transe final, de joelhos, braços abertos e a chorar, D. Teotonio dirigiu a Deus esta oração: «*Senhor, Senhor Jesus Cristo, Filho de Deus vivo, Filho de Santa Maria, que com o Pai e o Espírito Santo és um só Deus na Suprema Trindade e verdadeira unidade, socorre-nos, pois que estamos no supremo perigo, afim de que, arrebatados às ondas do mar embravecidas, mereçamos ver o glorioso sepulcro da tua santa Ressurreição, que viemos para venerar e oscular, dos confins do mundo, e para te darmos graças pela nossa libertação*»³⁹. A oração

³⁵ CRUZ, António - O. c., pp. 40-41.

³⁶ *Vida de S. Teotonio*. Prefácio, tradução do latim e notas de Maria Helena da Rocha Pereira, Coimbra, Igreja de Sta. Cruz, 1987, p. 10.

³⁷ *Vida de S. Teotonio...*, p. 14.

³⁸ Cabo Mália ou Málea é o cabo ou promontório de Matapão (Matapas ou Tainaron), na extremidade meridional da Grécia.

³⁹ *Vida de S. Teotónio*, pp. 15-16.

foi agradável a Deus e a procéla começou a amainar, passando todos, de imediato, a louvar e a agradecer «*por o Deus de misericórdia se ter dignado libertá-los deste transe mortal*», cantando o *Gloria in excelsis Deo*⁴⁰.

Trata-se de uma bela descrição da violenta tempestade, que o biógrafo anónimo aproveitou para realçar a virtude e o poder intercessor de D. Teotónio, junto de Deus.

Do mar de Mália, o barco rumou para a cidade e o porto de Jáfa. Daqui, «*por um caminho extenso e cheio de anfractuosidades, passou pelo sepulcro do mártir S. Jorge, até que chegou a Nazaré*», onde se criou o Senhor Jesus, o Salvador.

A descrição do itinerário desta peregrinação dentro da Palestina prosseguiu, proporcionando motivos para abundantes comentários. Por uma questão de brevidade e porque

consideramos que o itinerário desta peregrinação, se alguma vez foram divulgado fora de Portugal, não o terá sido suficientemente, optámos por transcrever boa parte da sua tradução, feita da edição latina, iniciando-a a partir de Nazaré, onde tínhamos chegado:

- «*Daí (Nazaré) seguiu pela via que conduz ao Tabor, onde o Senhor se transfigurou. Subiu ao seu cume, e daí esteve a observar com o máximo cuidado muitos lugares, que o Senhor santificara com a sua passagem.*

Descendo daí, dirigiu-se apressadamente para [a] Samaria, viu o sepulcro de S. João Baptista e dos Doze Profetas, de Eliseu também e de Abdias. E apressando o passo, parte para o poço sobre o qual o Senhor se sentou com fome e sede, e se saciou com a fé da mulher samaritana. Depois de adorar em cada sítio o Redentor do mundo, subiu contente à celebérrima colina, de onde se avista Jerusalém, há tanto desejada. Os habitantes chamam-lhe Monte da Alegria, pelo facto de ser aí que os peregrinos sentem uma alegria inefável com a visão da cidade. Ajoelhado nesse local, com quanta satisfação exultou, quantas graças deu a Deus, declararam-no as lágrimas misturadas com a alegria.

Entrando, portanto, com alegria, na cidade Santa, deliberou ver primeiro a cruz no Monte Calvário, onde o preço do mundo, Cristo, foi pesado na balança da cruz. Prostrado [p. 18] diante dela de coração e corpo inteiro, adorou-a, como se visse o Senhor nela pendente. Recordava a sentença de morte ou de maldição proferida contra si e contra todo o homem, devido à desobediência do primeiro homem, mas também de propiciação e piedade do Filho de Deus, do qual lera que "por nós se fez maldito, para nos redimir da maldição" e que suportara naquele mesmo lugar escarros, chicotadas, bofetadas, a coroa de espinhos, a flagelação, a cruz, os cravos, o fel, o vinagre, a lança e a morte.

Terminada a oração, e tendo aí deposto a cruz que levava, segundo o costume dos peregrinos, desceu um pouco para a esquerda, para o lugar do Gólgota, onde, segundo a fama, o sangue que corria do lado de Cristo quebrou uma pedra duríssima. Daí, em breve espaço, voltou-se para o sepulcro da Ressurreição e, ao ver o próprio local do corpo, no qual o Senhor estivera jazente, era como uma pessoa sequiosa a lambar com a boca as almeçadas águas da fé. Ocorria-lhe a lembrança apropriada de meditar acerca do Senhor Salvador, a saber, como, depois de tanto que tinha suportado, repousava naquele mesmo sepulcro, e pensava como, mediante a sua descida aos infernos, causara um gáudio indizível

⁴⁰ Vida de S. Teotónio, p. 17.

e imenso aos desgraçados aos quais Cristo, acorrentando o poder da morte, trouxera consigo das profundezas.

Daí foi conduzido ao meio do mundo, ou seja, ao lugar onde José de Arimateia depôs o corpo do Senhor, tirado da cruz, antes de o colocar no sepulcro, e aí orou com mais fervor, recordando aquela frase de David: "Deus, nosso rei, operou a salvação antes dos séculos, no meio da terra". Daí se voltou para a esquerda, para a Vera Cruz, por algum tempo, e, ao ver o tronco do lenho, em que os membros do Senhor estiveram cravados com pregos, de quantas lágrimas, de quanta dor aí derramou, é testemunha o mesmo Senhor, a quem orava.

Finalmente, chegou ao local onde Helena encontrou a Vera Cruz. Depois de ter rezado, conforme a devoção o ditava, pelos mencionados oratórios, o santo varão recolheu-se finalmente à hospedaria. E enquanto o seu espírito o levava pelo que vira todo aquele dia e noite, dormiu e repousou na paz da sua alma.

No outro dia, quem poderá dizer com quanto cuidado e desejo percorreu, a rezar, os santos lugares de Jerusalém? Entrou pois no templo do Senhor e, depois de ter feito oração, saiu pela porta chamada Especiosa, e subiu a Sião, ao lugar exacto da Ceia, onde o Senhor lavou os pés dos discípulos e disse "A paz seja convosco!" e deu o lado a palpar ao discípulo que duvidava. Efoi aí também que desceu o Espírito Santo sobre cento e vinte almas de crentes. E voltando pela Via Sacra, por onde os apóstolos levaram o corpo da Mãe de Deus, entrou na igreja de S. Pedro do Canto do Galo, e no sepulcro de Tiago, irmão do Senhor, desceu ao vale de Josafat, orou junto do sepulcro da Virgem Santa Maria. Daí subiu até ao oratório de Getsamani, onde o Senhor, no sopé do Monte das Oliveiras, orou ao Pai. Daí avançou até ao sítio do qual o evangelista Lucas disse: "Afastou-se deles o espaço de uma pedrada". Subiu a direito ao cimo do mesmo Monte das Oliveiras, de onde o Salvador ascendeu aos céus. Daí foi pela aldeia de Betfagé e pelo lugar onde o poldro indómito recebeu o freio do Senhor; desceu a Betânia, ao sepulcro de Lázaro e à casa hospitaleira das suas irmãs.

Depois disto continuou para Belém e entrando na pequena gruta do Salvador, adorou suplicante o sagrado albergue da Virgem, em que Cristo nasceu; de modo semelhante, como se se tratasse de um animal dotado de senso, o estábulo onde o boi conheceu o seu dono e o burro a mangedoura do seu Senhor.

Viu também aio lugar onde Herodes na sua fúria matou as criancinhas, em vez de Cristo.

Para que hei-de contar com quanta devoção correu às águas do Jordão, maculadas pela nódoa de todo o género humano, e purificadas pelo baptismo de Cristo? Também não passou à frente o lugar da quarentena, onde o Salvador do mundo quis insinuar com a quaresma, ao ser tentado por Satanás, que todo o tempo da nossa vida é milícia, em que nunca paramos de ser tentados. Daí, passando pela fonte amaríssima, que outrora Eliseu adoçou com sua sapiência, até Jericó, viu junto da estrada o local dos cegos que, ao receberem a vista, prefiguravam os mistérios de ambos os povos crentes no Senhor».

O mesmo biógrafo não deixou de referir a passagem do futuro S. Teotónio por Cana, Cafarnaum, Lago de Tiberíades, o lugar da multiplicação dos cinco pães e dois peixes, acenando o elevado grau de devoção e interioridade com que D. Teotónio orava em cada um dos locais, esclarecendo também o intensa relação de amizade que estabeleceu com os

Cónegos Regulares do Santo Sepulcro, que «*de bom grado o admitiam também na sua comunidade, se quisesse habitar com eles, e lhe davam a custódia do sepulcro, coisa que eles haviam compreendido que desejava acima de tudo*»⁴¹.

Por fim, tendo-se despedido dos Lugares Santos, dos cónegos e dos colaboradores da comunidade guardiã do Santo Sepulcro, regressou a Jafa, onde embarcou com destino à Hispânia. A primeira parte da viagem de regresso decorreu no meio de grandes dificuldades, tendo o navio sido arrastado pela violência dos ventos para a Grécia, donde o nosso peregrino prosseguiu com muito custo, viajando ora a pé, ora a cavalo, até chegar à terra donde partira.

No dizer do biógrafo, à chegada alimentava o propósito de fazer uma terceira peregrinação a Jerusalém, mas desta vez sem regresso, a fim de acabar os seus dias junto do sepulcro do Senhor⁴².

Se esta intenção a que alude o biógrafo chegou a existir, foi logo alterada pelo ingresso no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, como co-fundador e seu primeiro Prior.

Antes de continuarmos o nosso estudo, é necessário esclarecer que a descrição da peregrinação de D. Teotónio, que acabámos de apresentar, exige alguns comentários, a começar pela observação de que se trata de uma descrição indirecta, feita pelo biógrafo anónimo, que era, sem dúvida, um dos seus discípulo no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Para se compreender esta situação, recorde-se que, após o regresso da segunda peregrinação, D. Teotónio foi convidado pelo arcebispo D. Telo a entrar na comunidade de Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, vulgarmente chamada de Santa Cruz de Coimbra, que estava a organizar.

Tendo acedido ao convite, entrou na nova Ordem, em 24 de Fevereiro de 1132, sendo logo eleito, por unanimidade, seu primeiro prior⁴³.

O biógrafo de S. Teotónio informa que para a segunda peregrinação partiu acompanhado de um significativo número de compatriotas, que suportaram os angustiantes momentos da inesperada tempestade surgida por alturas do cabo de Mália ou de Matapão, mas não se refere ao seu regresso a Coimbra e região envolvente, sendo de admitir que, pelo menos, a maior parte, se não a totalidade tenha regressado com ele. Tal como S. Teotónio, também eles continuariam marcados pela inesquecível vivência espiritual experimentada em cada um dos Lugares Santos, mas particularmente junto do Sepulcro de Jesus, não sendo de rejeitar a ideia de que o desejo de, após o regresso, prolongarem tão fecunda meditação os tenha levado à criação de uma confraria com esse objectivo específico. Quer se tenha ficado a dever à iniciativa dos peregrinos companheiros de S. Teotónio ou a quaisquer outras pessoas, em Março de 1188, havia em Coimbra uma *Confraria do Sepulcro*. A notícia é veiculada pelo documento n.º 66 do *Livro Preto* da Sé conimbricense, relativo à doação que Paio Cristóvão e Boa Peres, sua mulher, fizeram em testamento, com reserva do usufruto para eles e para seu filho, se este viesse a ser clérigo, de uma vinha em Montarroio, concelho de Coimbra, a título de

⁴¹ *Vida de S. Teotónio*, pp. 16-20.

⁴² *Ibidem*.

⁴³ COSTA, Pe. Avelino de Jesus da - *Teotónio (São)*, in *Verbo. Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Lisboa, Verbo, voi. 17, cols. 1170-1171.

indemnização desta Confraria, por outra vinha sita em Coselhas, a ela pertencente, mas por eles indevidamente vendida⁴⁴.

Independentemente do tom panegirista, presente em toda esta biografia destinada a exaltar a vida e a virtude de S. Teotónio, canonizado, em Coimbra, um ano depois da sua morte, pelo arcebispo de Braga, D. João Peculiar e outros prelados, em atenção à fama da sua santidade e aos milagres realizados, a minúcia da descrição dos passos da peregrinação e dos sentimentos e vivência espiritual experimentados em cada um dos Lugares Santos visitados traduzem o eco da frequência com que S. Teotónio evocava as meditações sobre a vida, paixão e morte de Cristo, feitas em cada um destes lugares, quando falava aos seus monges. Não admira, por isso, que este mosteiro conimbricense esteja tão intimamente ligado à memória da Paixão de Cristo, expressa no seu próprio nome: *Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*.

117

Haverá, por certo, algum exagero, sob o ponto de vista histórico, e até certos laivos de maravilhoso na descrição da tormenta desencadeada por alturas do promontório do Mália, artifícios, aliás, característicos neste género literário, mas nem por isso poderemos deixar de lado a imagem que esta longa citação nos transmite do que era e como se processava a peregrinação aos Lugares Santos da Palestina, no século XII, sem olvidar a referência à cruz que os peregrinos levavam e depunham no Monte Calvário.

Embora o biógrafo não o registre - podendo, mesmo, ser um costume posterior -, no regresso, os peregrinos traziam pequenos ramos de palma, como símbolo e testemunho da sua peregrinação à Terra Santa, sendo, por isso, chamados *palmeiros*⁴⁵. Pelo menos a partir dos princípios do século XIII, a designação *de palmeiros* difundiu-se através do reino de Portugal, sendo conhecidos diversos hospitais *dos palmeiros*, em Lisboa, no Porto⁴⁶, em Santarém, tendo sido fundada também em Cacilhas, na margem sul do Tejo, a Casa dos Palmeiros, destinando-se todas estas instituições a abrigar os peregrinos que por lá passassem, independentemente do destino da sua peregrinação ou do lugar onde a tinham cumprido⁴⁷.

À semelhança do que tinha feito em Viseu, em Coimbra renunciou também ao priorado de Santa Cruz, tendo, no entanto, continuado a dar apoio ao seu sucessor, até à sua morte, em 18 de Fevereiro de 1162⁴⁸.

⁴⁴ *Livro Preto*. ..., (doe. 66), pp. 112-113.

⁴⁵ Esta prática consta já do *Liber Sancti Iacobi. Codex Calixtinus*, Xunta de Galicia, Xacobeo' 99, 1998, p. 88. No livro I, cap. 17, integralmente preenchido pelo sermão *Veneranda dies*, para a solenidade da Transladação do Apóstolo S. Tiago, então celebrada em 30 de Dezembro, ao comentar o salmo 91, 13: *lustus ut palma florebit...*, depois de descrever a palmeira, acrescenta: - «...unde palme et spice oriuntur, quas peregrinantes a Iherosolimis redientes, viciorum scilicet gentilium et demonum victores se esse demonstrantes, manibus apte gestant».

⁴⁶ PINA, Luís de - *A medicina portuense no século XV. Alguns breves capítulos*, in «Studium generale». Boletim do Centro de Estudos Humanísticos, anexo à Universidade de Porto, número comemorativo do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique (1460-1960), Porto, vol. VII, 1960, pp. 496-498. Ref. por MARQUES, José - *A assistência no Norte de Portugal nos finais da Idade Média*, sep. da «Revista da Faculdade de Letras. História», II Série, Porto, vol. VI, 1989, p. 48.

⁴⁷ MARTINS, Mário - *Peregrinações e livros de milagres na nossa Idade Média*, 2-ª edição, Lisboa, Edições "Brotéria", 1957, p. 126.

⁴⁸ COSTA, Pe. Avelino de Jesus - O. c., col. 1371.

Demoramos, talvez demasiado, na descrição da peregrinação de D. Teotónio, mas, atendendo a que entre nós são raras descrições deste género, pareceu-nos conveniente divulgá-la.

Além destes, há notícias de outros peregrinos, que vamos enumerar, sem nos fixarmos nas circunstâncias das respectivas viagens. Assim, em 1128, Martinho de Módena, vendeu uma vinha, junto de Celas, Coimbra, para pagar as despesas da peregrinação a Jerusalém. Na *Vida de S. Geraldo*, refere-se o milagre feito a favor do clérigo Honorigo, quando regressava de Jerusalém, num navio atingido por forte tempestade, acalmada pelo Santo Arcebispo, a pedido do citado clérigo⁴⁹.

Do século XIII, temos notícia da peregrinação do arcebispo de Braga D. Martinho Geraldês, enviado pelo Papa a Jerusalém, em 1263. Pouco depois, em 1228, D. Pedro Lourenço deixava em testamento vinte morabitinos para enviarem um *palmeiro*, em seu lugar, a Jerusalém. Nos meados do século XIII, D. Pedro Salvadores deixava cinquenta morabitinos para um homem que fosse em socorro da Terra Santa. E o rei D. Dinis, deixou três mil libras para um cavaleiro que fosse por ele à Terra Santa e aí estivesse dois anos no serviço de Deus, se a Cruzada fosse organizada⁵⁰.

Na segunda metade do século XIV, o bispo do Porto, D. Afonso, foi visitar o sepulcro do Senhor, o mesmo tendo feito o Mestre de Avis. Por volta de 1411, para lá se dirigiu D. João Esteves de Azambuja e, por ocasião do Concílio de Basileia, o Conde de Ourem, tal como já tinha feito o Conde de Barcelos, D. Afonso⁵¹.

O conhecido chantre de Braga, Vasco Domingues, foi também em peregrinação ou romaria a Jerusalém, por lá tendo passado alguns meses.

Além disso, há notícia de que alguns franciscanos, como Frei António de Monsanto e Frei Fernando Ribeiro, chegaram a ser guardiães do Santo Sepulcro, em Jerusalém⁵².

Em relação à peregrinação de portugueses a Jerusalém, é significativo saber que os homens bons, moradores em Évora, que tinham ido a Jerusalém, no século XV - tal como já acontecera, em Coimbra, no século XII, com a *Confraria do Sepulcro* -, organizaram uma *confraria de palmeiros*⁵³, testemunho de que a devoção continuava, mesmo após o regresso.

2.2.4. Obstáculos à peregrinação à Terra Santa

Entretanto, além do movimento das cruzadas do Oriente, a que já aludimos, Portugal tinha-se transformado em reino independente, como tal reconhecido pelo imperador Afonso VII, pelo tratado de Zamora de 1143, e a reconquista avançava, tanto do lado castelhano como do lado português. Na concretização deste avanço do lado português, foram decisivos os apoios prestados pelos expedicionários da segunda cruzada do Oriente, na conquista da cidade de Lisboa, em 1147, e nas de Alvor e Silves, pelos da terceira cruzada, em 1189, como

⁴⁹ MARTINS, Mário - 0, a, p. 137.

⁵⁰ MARTINS, Mário-0, c, p. 139.

⁵¹ MARTINS, Mário - 0, c, pp. 142-143.

⁵² MARTINS, Mário-0, c, p. 145.

⁵³ MARTINS, Mário - 0, c, p. 142.

já dissemos. Nestas novas campanhas da reconquista os monarcas portugueses beneficiaram da colaboração dos prelados e mosteiros portugueses, sabendo-se que os fiéis mortos em combate contra os sarracenos, inimigos da cruz de Cristo, obtinham a plena remissão dos pecados⁵⁴.

A ideia de que a reconquista da Península era uma autêntica cruzada, idêntica às cruzadas do Oriente, dado que o inimigo era o mesmo e na Ibéria actuava com maior ferocidade, levou D. Afonso Henriques a proibir, em 16 de Junho de 1145, os homens de Coimbra de irem em peregrinação a Jerusalém, orientando-os, no entanto, a participarem na defesa do castelo de Leiria e de toda a Extremadura, podendo, em caso de morte, ganhar a indulgência plenária, como os que morriam em combate, em Jerusalém⁵⁵. A propósito desta decisão do nosso primeiro rei, por certo sugerida ou, pelo menos, aprovada pelos seus conselheiros eclesiásticos, convém recordar que o primeiro texto autêntico em que se concedia indulgência plenária, isto é, a remissão total dos pecados a quem morresse ao serviço da Fé, na campanha de resgate dos Lugares Santos, foi a bula de cruzada, concedida por Urbano II aos primeiros cruzados, em 1095⁵⁶.

No mesmo sentido de equiparação da cruzada ibérica à do Oriente se insere a concessão de indulgências de cruzada a quantos combatessem os sarracenos na Península Ibérica, recolhendo-se, por isso, facilmente o apoio dos cruzados que aportaram a Lisboa, para a conquista de Alcácer do Sal, em 1217. Apesar deste auxílio, segundo a resposta dada por Honório III aos bispos de Lisboa e Évora, interessados na presença destes cruzados em Portugal para ajudarem a reconstruir o castelo de Palmeia, ficamos a saber que o Pontífice não queria distrair do seu destino os cruzados que por aqui passavam, que era o Oriente⁵⁷. Anos mais tarde, em 21 de Outubro de 1234, Gregório IX, pela bula *Cupientes Christicolae*, a pedido do rei de Portugal, D. Sancho II, concedia indulgências a quem acompanhasse o monarca na luta contra os sarracenos⁵⁸.

Por sua vez, as constituições diocesanas de Braga, de 1281, proibem, sob pena de suspensão, os clérigos beneficiados de irem em peregrinação fora do reino, sem autorização do prelado⁵⁹, tendo as constituições da Administração Eclesiástica de Valença do Minho, de 1444, incorporado na íntegra esta mesma determinação, apenas com a diferença de agora ser

⁵⁴ AZEVEDO, Rui de, COSTA, Pe. Avelino de Jesus da, PEREIRA, Marcelino Rodrigues - *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, vol. I, Universidade de Coimbra, 1979, p. 69 (doe. n.º 44). Ver mais informações em MARQUES, José - *A presença da Igreja na História Militar Portuguesa das origens aos finais do século XIV*, in «Revista da Faculdade de Letras. História», II Série, vol. VIII, Porto, 1991, pp. 16-17.

⁵⁵ *Livro Preto. Cartuláho da Sé de Coimbra*, p. 772: - «*Ut omnes qui voluerint ire Jherosolimam non habeant iicenciam eundi, sed in auxilio illius castelli de Leirena et tocius Extremature; et quicumque ibi fuerit mortuus, habeat talem remissionem, sicuti qui migraverit in Jherosolimis*».

⁵⁶ SIGAL, Pierre André - *Les marcheurs de Dieu. Pèlerinages et pèlerins au Moyen Age*, Paris, Armand Colin, 1974, pp. 12-13.

⁵⁷ VELOSO, Maria Teresa Nobre - *D. Afonso II. Relações de Portugal com a Santa Sé durante o seu reinado*, Coimbra, Arquivo da Universidade, 2000, p. 27.

⁵⁸ SERRÃO, J. V. - O. c., p. 127=

⁵⁹ *Synodicon hispanum. li Portugal*, dirigido por António Garcia y Garcia, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos (BAC), 1982, p.15.

apresentada em português⁶⁰, convindo, no entanto, observar que estas proibições visavam, essencialmente, combater o absentismo do clero, que invocava a peregrinação como justificação do incumprimento da *lei da residência*.

Não obstante a preocupação pontifícia e dos monarcas de concentrarem os esforços dos peninsulares na guerra da reconquista ibérica, vão surgindo também algumas notícias dispersas de pessoas que se dispunham às longas peregrinações a Roma e a Jerusalém.

Assim, em Setembro de 1117, Gonçalo e sua mulher Godinha dispuseram dos seus bens, admitindo a possibilidade de virem a falecer durante a peregrinação que iam iniciar, embora não se possa garantir com segurança qual era o seu destino: «*ut si nos ambo, in ista romaria, fuerimus mortuos*»⁶¹ -, porque o termo «romaria» tanto se pode aplicar à peregrinação a Roma, como à de Jerusalém ou de Santiago de Compostela.

Finalmente, em Abril de de 1272, Domingos Pires, mercador de Braga, antes de partir em peregrinação para Santa Maria de Rocamadour, no seu testamento, deixou quarenta morabitinos a quem fosse por ele em peregrinação a Jerusalém: «*Item quadraginta morabitinos illi qui pro me iverit ad domam Jherosolimitanam*»⁶².

Do exposto ressalta, com evidência, que, apesar da clara preocupação de impedir a peregrinação aos Lugares Santos, continuava a haver quem se dispusesse a ir visitá-los pessoalmente ou por seu legítimo representante, sendo fácil contornar os habituais obstáculos à sua realização, porquanto, no seu *Penitenciai*, Martim Peres, a propósito da dispensa dos votos pelo bispo, afirma claramente que «*o bispo pode remiir todo o voto de romana per esmola, salvo ende o de Jerusalém, como te disse*», decorrendo esta incapacidade jurisdiccional do facto de o poder de dispensar do voto de ir em peregrinação aos Lugares Santos de Jerusalém ser reservado ao Papa⁶³.

3. Conclusão

A síntese que acabamos de apresentar, relativa à presença de peregrinos e peregrinações nos caminhos da Terra Santa, permite formular algumas conclusões que, embora facilmente detectáveis no decurso da leitura do texto, importa evidenciar, começando por observar que, se no período suévico - muito antes da invasão árabe da Península -, foi de Braga que saíram os "peregrinos" da Terra Santa, oriundos dos confins ocidentais da Europa, de que nos chegou alguma notícia, nos séculos XII a XV, esse movimento espalhou-se por todo o Reino e continuou nos séculos seguintes⁶⁴.

⁶⁰ *Synodicon hispanum. li Portugal*, p. 437.

⁶¹ *Livro Preto. Cartulário da Sé de Coimbra*, p. 375.

⁶² MARQUES, José - *Os pergaminhos da Confraria de S. João de Souto da cidade de Braga (1186-1545)*, separata de «Bracara Augusta», 1982, p. 45.

⁶³ MARTINS, Mário - *O penitenciai de Martim Peres, em medievo-português*, in «Lusitânia Sacra». Revista do Centro de Estudos de História Eclesiástica, Lisboa, tomo II, 1957, pp. 109-110.

⁶⁴ Embora não seja nossa intenção prosseguir, neste momento, a investigação sobre as peregrinações à Terra Santa nos séculos XVI e seguintes, vulgarmente designados «tempos modernos», não deveremos silenciar

Estes testemunhos do interesse pela peregrinação aos Lugares Santos da Palestina, traduzem sem dúvida, a vitalidade do Cristianismo, que aqui florescia, não obstante as frequentes perturbações causadas pelos desvios doutrinários e pelo peso do paganismo autóctone circundante.

É certo que nem sempre a ideia da peregrinação se encontra claramente expressa nas motivações subjacentes à partida de alguns, sendo o caso mais típico o de Paulo Orósio, cuja meta inicial era consultar o renomado bispo de Hipona, Santo Agostinho, só depois, mercê das circunstâncias, tendo seguido para Belém e outros lugares da Terra Santa.

A importância que a peregrinação assumiu na espiritualidade medieval, após a primeira Cruzada e a constituição do Reino Latino de Jerusalém, entre muitos outros testemunhos - em que o culto das relíquias do Santo Lenho ocupa lugar de relevo -, é evidenciada pela memória que nos ficou das peregrinações de S. Teotónio, mormente da segunda, realizada na companhia de um significativo número de seus compatriotas.

a obra do português, frade menor da Ordem de S. Francisco, da Observância da Província dos Algarves, Frei PANTALEÃO D7WEIRO - *Itinerário de Terra Sancta, e todas suas particularidades...*, 2ª. Edição, Lisboa, 1596. A descrição que nos deixou desta peregrinação, que durou cerca de vinte meses, desde o embarque, no dia 4 de Dezembro de 1562, no porto de Malamocho, a duas léguas de Veneza (fl.7v), até fundear, no regresso, no porto de Franquia, na Itália, seguindo por terra para Nápoles, Roma e Veneza, a fim de aí recolher a sua modesta bagagem, no verão de 1564 (fl. 301v), é extremamente rica de pormenorizadas e sugestivas informações, que, embora merecedoras de alguma atenção crítica, estimulam a leitura integral da obra.

Frei Pantaleão dTWeiro referiu o dia 4 de Dezembro como o dia do embarque, mas não indicou o ano. A atribuição destes dia e mês ao ano de 1562 foi deduzida da menção da visita e demora de três meses, em Trento, onde decorria o concílio, sob o pontificado de Pio IV, e isto na segunda metade desse ano, após o embarque dos seus companheiros. Como a primeira sessão geral da terceira fase do concílio tridentino se realizou no dia 15 de Janeiro de 1562, não podemos situar a referência ao seu embarque em 1561, porque, então, o concílio ainda não decorria, e também não a podemos transferir para o ano de 1563, pois seria incompreensível que não registasse o encerramento do concílio, precisamente no dia 4 de Dezembro de 1563.